



CEASA
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PARANÁ 
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA AGRICULTURA
E DO ABASTECIMENTO

REGULAMENTO DE MERCADO



INFORMAÇÕES E CONTATO:

CEASA/PR

Avenida Silva Jardim, n.º 303 - Bairro Rebouças

CEP 80.230-000 – CURITIBA – PR

Tel: (41) 3352-7456 / 3253-3232

Internet: www.ceasa.pr.gov.br

Diretor Presidente

Eder Eduardo Bublitz

Diretor Administrativo e Financeiro

João Luiz Buso

Diretor Técnico

Antonio Leonardecz

Diretor Agro Comercial

Paulo Ricardo da Nova

Gerente de Divisão Técnica e Econômica

Vera Niedzieluk

Gerente da Unidade de Curitiba

Joarez Miranda

Gerente da Gerência Regional Oeste

Valdinei Loesi dos Santos

Gerente da Gerência Regional Norte

Paulo César Venturin

Equipe de Revisão e Atualização:

Eder Eduardo Bublitz

João Luiz Buso

Paulo Ricardo da Nova

Antonio Leonardecz

Vera Niedzieluk

Caroline Bonatto Leindorf Willemann

Junior Cesar Carneiro

Andrea Domingues Favarim

Laura Bonato Peres

Revisão e Atualização: agosto de 2023



Sumário

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO.....	4
CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES.....	5
CAPÍTULO III – DO ZONEAMENTO, OCUPAÇÃO DAS ÁREAS E ALTERAÇÃO CONTRATUAL.....	7
CAPÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES COMUNS A TODOS OS USUÁRIOS.....	9
CAPITULO V - DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES, PROCEDIMENTOS E RECURSOS	15
CAPÍTULO VI - DAS TARIFAS E RATEIOS DE DESPESAS	20
CAPITULO VII - DA ORDEM INTERNA: OBRIGAÇÕES ESPECIFICAS AOS MOVIMENTADORES DE MERCADORIA.....	22
CAPÍTULO VIII - DAS OBRAS, MELHORIAS E ADAPTAÇÕESNAS ÁREAS DE PERMISSÃO.....	24
CAPITULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS.....	25

REGULAMENTO DE MERCADO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ – CEASA/PR

CAPÍTULO I - DA INSTITUIÇÃO

Artigo 1º As Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA/PR é uma sociedade por ações, constituída nos termos da Lei n.º 70.502 de 11 de maio de 1972, como sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, conforme disposto na Lei n.º 8.485 de 03 de junho de 1987 e estadualização pela Lei n.º 9.352 de 23 de agosto de 1990, de acordo com os Decretos-lei n.º 2.400 de 21 de dezembro de 1987 e n.º 2.427 de 08 de abril de 1988, regulamentada pelo Termo de Doação assinado em 26 de setembro de 1990, regida pelas disposições de seu Estatuto Social, pela Lei n.º 13.303 de 30 de junho de 2016, pela Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pela Lei Estadual n.º 20.302 de 31 de agosto de 2020.

Artigo 2º Cabe à CEASA/PR construir, instalar e administrar equipamentos públicos destinados ao abastecimento alimentar no Estado do Paraná, bem como apoiar a Política Governamental de Abastecimento e Segurança Alimentar, com sustentabilidade, incentivando a busca de novas tecnologias e valorizando todos os fatores que a englobam.

Artigo 3º Integram o Regulamento de Mercado, independentemente de transcrição, as Resoluções de Diretoria e documentos expedidos e publicados no "site" da CEASA/PR.



CAPÍTULO II - DAS DEFINIÇÕES

Artigo 4º Nos termos do presente Regulamento de Mercado entende-se por:

a) ADMINISTRAÇÃO: ente da administração pública indireta, denominada CEASA/PR, com personalidade jurídica de direito privado, responsável pela permissão remunerada de uso, permissão remunerada de uso diária, permissão de uso não remunerada, regulamentação, gerenciamento e disciplina no interior das UNIDADES, e sua representação;

b) GERENTE DA UNIDADE: Funcionário da Administração Pública, nomeado pela Diretora Executiva, que no exercício de suas funções é o responsável local, cabendo-lhe a organização, orientação, supervisão e bom andamento dos serviços internos da UNIDADE, bem como obedecer, divulgar e fazer cumprir o Regulamento de Mercado e Resoluções de Diretoria, expedidas pela ADMINISTRAÇÃO;

c) PERMISSIONÁRIO: pessoa jurídica titular da permissão de uso para explorar a comercialização de produtos agroalimentares ou produtos e serviços complementares pertinentes ao processo de abastecimento alimentar;

d) PRODUTOR RURAL: pessoa física ou organização formal de Produtores Rurais que comprovadamente detenha a posse de gleba rural.

e) USUÁRIOS: o Produtor Rural e suas Organizações formais, Empresas do ramo atacadista, Distribuidoras de alimentos, Empresas pertinentes ao processo de abastecimento, Prestadoras de serviços contratadas ou necessárias ao funcionamento da UNIDADE, Sindicatos e Associações representativas, Instituições Governamentais ou Não Governamentais, Parceiras que desenvolvam ações, programas ou projetos, com finalidades que venham de encontro com objetivos da CEASA/PR. São também denominados Usuários as Empresas Transportadoras, Transportadores Autônomos, Empresas Compradoras, Compradores Autônomos, Profissionais Credenciados, bem como todos os seus Empregados, Colaboradores, Associados e Sindicalizados, dentre outros;

f) PERMISSÃO REMUNERADA DE USO: é ato administrativo vinculado e precário para utilização de espaço físico no interior das UNIDADES das CEASA/PR, mediante a celebração de Termo de Permissão Remunerada de Uso (TPRU), para a realização das atividades pertinentes, precedido de licitação;

g) AUTORIZAÇÃO REMUNERADA DE USO – PRODUTORES RURAIS: ato administrativo, unilateral, precário e discricionário para utilização de espaço físico no interior da UNIDADE, denominado Mercado do Produtor ("Pedra"), formalizado mediante **TERMO DE AUTORIZAÇÃO REMUNERADA DE USO (TARU)**.

h) TERMO DE CESSÃO DE USO OU PERMISSÃO NÃO REMUNERADA DE USO: ato administrativo para regulamentar o uso do espaço físico por agentes aos quais se justifica a permissão sem remuneração, nos termos da Lei Estadual n.º 20.302 de 31/08/2020;

i) UNIDADE ATACADISTA: Central Pública destinada ao processo de comercialização e distribuição de produtos agroalimentares e demais produtos e serviços atinentes ao processo de abastecimento alimentar;

j) PAVILHÃO DE BOX: local destinado à instalação de pessoas jurídicas do ramo de hortifrutigranjeiros, distribuidor de alimentos e pertinentes ao processo de abastecimento;

k) MERCADO DO PRODUTOR RURAL: local destinado a Produtores Rurais Paranaenses e suas organizações formais para a comercialização de sua produção;

l) CARREGADOR AVULSO: considera-se aquele que efetua operações de carga, descarga, arrumação e movimentação de mercadorias afetas à comercialização, em benefício de Permissionários e/ou Produtores Rurais, intermediado pelo Sindicato da Categoria devidamente regularizado junto aos órgãos competentes, inclusive Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, em atendimento à Lei n.º 12.023/2009, sem qualquer vínculo empregatício com a CEASA/PR;

m) PRESTADOR DE SERVIÇOS: aquele que atua prestando serviços nas dependências da UNIDADE, devidamente autorizado e contratado para tanto;

n) **ASSOCIAÇÕES DE CLASSE:** entidades que congregam pessoas que têm objetivos comuns, mesma função e interesses, reunindo a similaridade de condições numa sociedade.

CAPÍTULO III – DO ZONEAMENTO, OCUPAÇÃO DAS ÁREAS E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Artigo 5º As áreas internas de cada UNIDADE, a critério da CEASA/PR, serão subdivididas em:

- a) destinada ao processo de comercialização e distribuição de produtos agroalimentares e afins, as quais contemplam Pavilhão de Boxes e Mercado do Produtor Rural;
- b) administrativa, de uso exclusivo da administração da CEASA/PR;
- c) destinada à logística e ao apoio as atividades de comercialização;
- d) áreas de uso comum.

Artigo 6º As ocupações das áreas comerciais, no Pavilhão de Boxes, serão destinadas às empresas do ramo de hortifrutigranjeiros, distribuidoras e às empresas afetas ao processo de abastecimento e afins, e, se dará através de procedimento licitatório, conforme estabelecido na legislação que rege a matéria, sendo a permissão de uso formalizada através de Termo de Permissão Remunerada de Uso (TPRU).

Artigo 7º A ocupação das áreas no Mercado do Produtor Rural será permitida ao PRODUTOR RURAL do Estado do Paraná e suas Organizações formais, mediante processo de cadastramento e documentos que comprovem a condição de produção, conforme regramento estabelecido em Resolução de Diretoria específica.

§1º Serão priorizados Agricultores familiares e suas Organizações, conforme o teor da Lei n.º 11.326/2006.

§2º As ocupações das áreas do Mercado do Produtor Rural sedarão mediante pagamento da tarifa correspondente, atendendo a marcação de área em cada UNIDADE definida pela ADMINISTRAÇÃO, observando o caráter itinerante, rotativo e não permanente.

Artigo 8º É vedado aos Permissionários e aos Produtores Rurais, a qualquer título, emprestar, vender, dar em locação, dar em garantia, ou ceder a terceiros, o objeto de sua permissão de uso ou autorização de uso.

§1º Considerado o objetivo social e o interesse público da Administração, a empresa permissionária, seus sócios, diretores, administradores, gerentes, titulares, poderão realizar alterações decorrentes de entrada, saída ou movimentação de cotas de capital social e/ou mudanças em sua razão social, se cumpridas as exigências cadastrais, Normas e Regulamentos Internos da CEASA/PR, devendo, obrigatoriamente, manter atualizado o cadastro junto à CEASA/PR, sob pena de se tornar irregular.

§2º As alterações no contrato social deverão ser realizadas com prévia comunicação e autorização à CEASA/PR, sob pena de extinção da permissão.

§3º É permitida, mediante justificativa, a alteração societária dos sócios originários, desde que não haja a alteração do CNPJ e do objeto social da empresa vencedora do processo de licitação, bem como sejam atendidos todos os demais requisitos previstos neste Regulamento, sob prévia anuência da CEASA/PR e pagamento da tarifa correspondente.

§4º Consideram-se sócios originários aqueles constantes do Contrato Social quando da adjudicação do box no processo licitatório.



§5º A alteração societária dos sócios originários, nos termos do §3º, somente será possível mediante o pagamento da tarifa correspondente, de acordo com os critérios definidos na tabela abaixo, que serão aplicados proporcionalmente ao tempo que esteja ocupando o box:

DE 0 A 5 ANOS	30% DO VALOR LICITADO
DE 6 A 10 ANOS	15% DO VALOR LICITADO
DE 11 A 15 ANOS.....	5% DO VALOR LICITADO
DE 15 A 25 ANOS.....	3% DO VALOR LICITADO

§6º Para fins de aferição do valor da tarifa, a base de cálculo (valor licitado) será reajustada conforme índice de correção monetária previsto no TPRU, antes de ser aplicada a porcentagem correspondente.

§7º As demais alterações no contrato social observarão os valores dispostos nas Resoluções de Diretoria nº 1159/2023 e 1191/2023, e as que lhe sucederem.

§8º Concluída e aprovada a alteração, o Permissionário obriga-se, ainda, a apresentar cópia do novo Contrato Social junto à ADMINISTRAÇÃO, acompanhado de Certidão Específica expedida pela Junta Comercial constando a situação da empresa e dos respectivos sócios, quando for o caso.

§9º O indeferimento da solicitação de aditamento ao Termo de Permissão Remunerada de Uso ocorrerá, ainda, nas seguintes hipóteses:

I - A alteração contratual implicar em modificação significativa do objeto da empresa e este não seja condizente com a comercialização na CEASA/PR ou com o sistema de distribuição de produtos setorizado;

II - A alteração contratual venha a causar prejuízos ao ramo de atividade ou infringir as normas do Regulamento de Mercado;

III - A alteração contratual implicar em simulação ou fraude;

IV - A alteração contratual afrontar quaisquer dos princípios que regem o presente Regulamento e demais atos normativos a respeito da matéria.

§10 O desrespeito ao disposto neste artigo, acarretará o cancelamento da permissão de uso ou autorização de uso não tendo qualquer direito a indenizações ou ressarcimentos a qualquer título, ficando a área à disposição da ADMINISTRAÇÃO.

CAPÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES COMUNS A TODOS OS USUÁRIOS

Artigo 9º São obrigações e vedações comuns a todos os usuários as adiante consignadas, as Resoluções emitidas pela ADMINISTRAÇÃO, as disposições constantes nos Termos de Permissão de Uso (TPRU) e do Termo de Autorização de Uso (TARU), assim como a legislação aplicável ao funcionamento do Equipamento Público de abastecimento alimentar, bem como o fiel cumprimento da legislação trabalhista pertinente às mais diversas relações de trabalho existentes, com destaque para as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, quando aplicável; Direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição da República; ao atendimento das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (NR's) e à inexistência de trabalho de crianças ou adolescentes com idade inferior à 18 anos, conforme disposição do art. 404 da CLT e art. 7 , XXXIII, da CF/88, devido horário de funcionamento da CEASA/PR.

§1º São obrigações:

- I) Manter os produtos interiorizados na UNIDADE em condições adequadas de higiene, armazenamento, comercialização, acondicionados em embalagens adequadas, rotuladas, evitando contato direto com o piso, utilizando-se de anteparos próprios para este fim, de acordo com a legislação vigente;
- II) Observar rigorosamente as exigências higiênicas e sanitárias previstas na legislação sanitária em vigor, relativamente às instalações, manipulação, exposição e venda de produtos alimentícios;
- III) Somente comercializar produtos que estejam especificados na sua Declaração de Produção;

IV) Trocar a mercadoria vendida ou fazer restituição da importância correspondente à venda ou, ainda, abater proporcionalmente o preço, no caso de serem constatadas irregularidades por venda de produtos com vício de qualidade, quantidade, identidade, dentre outras disposições legais aplicáveis à matéria;

V) Tratar com urbanidade e respeito, seus Colegas, o público em geral e os Funcionários da ADMINISTRAÇÃO ou Servidores que estiverem no exercício de suas funções, sob pena de aplicação no contido no Artigo 331 do Código Penal Brasileiro, no Decreto-Lei n.º 2.848 de 07 de dezembro de 1940 e suas atualizações, acatando rigorosamente as orientações aplicadas ou determinadas pelos mesmos;

VI) Possuir conduta comercial ilibada, dentro das formalidades e relações harmônicas comerciais e legais, sem promover inadimplência que coloque em risco econômico a terceiros, decorrente da sua atividade comercial no interior da UNIDADE;

VII) Portar a carteirinha de Produtor Rural e apresentar aos Funcionários da ADMINISTRAÇÃO sempre que for solicitada;

VIII) Permitir o acesso da ADMINISTRAÇÃO no local da produção agrícola, informada no procedimento cadastral na CEASA/PR, que por meio de seus Técnicos devidamente identificados, poderá proceder vistoria, monitoramento, diligências ou rastreabilidade dos produtos, objeto da produção comercializada no interior da UNIDADE;

IX) Fornecer periodicamente e sempre que solicitadas pela ADMINISTRAÇÃO, todas e quaisquer informações para fins de controle estatístico, documental ou diligências necessárias ao bom funcionamento da UNIDADE e seus Regulamentos, Resoluções e Leis afins, bem como, deixar à disposição dos Órgãos Fiscalizadores, toda a documentação necessária;

X) Respeitar os locais, datas e acatar, no exercício da sua atividade os horários de funcionamento da UNIDADE, determinados pela ADMINISTRAÇÃO, em Resolução de Diretoria específica;

XI) Fazer uso das instalações elétricas e hidráulicas da UNIDADE, de acordo com as normas técnicas, sem comprometer, sobrecarregar ou danificar os equipamentos;

XII) Manter no interior do BOX os equipamentos de segurança

devidamente validados;

XIII) Comunicar à ADMINISTRAÇÃO, em até 30 (trinta) dias, quaisquer mudanças no seu quadro societário, inclusive com o recolhimento da tarifa devida, conforme previsão contida no Artigo 8º, Parágrafo 1º;

XIV) Efetuar o pagamento em dia das tarifas e despesas de rateio de uso do espaço público que lhe são correspondentes, conforme disciplinado em Resolução de Diretoria (RD);

XV) Apresentar obrigatoriamente Notas Fiscais ou Nota de Produtor Rural para toda e qualquer mercadoria destinada a acessar e circular no interior da UNIDADE;

XVI) As Notas Fiscais ou Nota Fiscal do Produtor deverão conter, sem rasuras, de forma legível, discriminação, destinatários, produtos contidos na carga, quantidade, variedade, origem, tipo de embalagem e peso;

XVII) Contratar, sob sua exclusiva responsabilidade, seguro (predial, danos físicos, outros) das instalações físicas, mercadorias e equipamentos de sua propriedade, armazenados no interior do Box;

XVIII) Equipar a área de Box, de acordo com a finalidade a que se destina, cumprindo as normas e legislações sanitárias, de segurança e medicina do trabalho, do Corpo de Bombeiros e do meio ambiente, assumindo todas as obrigações e responsabilidades decorrentes dessas normas;

XIX) Cumprir na íntegra todas as responsabilidades e obrigações no que se referem às legislações fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, sanitárias, ambientais, direitos humanos e de proteção ao menor e de Defesa do Consumidor; sem que haja qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO;

XX) Credenciar junto à ADMINISTRAÇÃO todas as pessoas (proprietários, gerentes, funcionários, prestadores de serviços permanentes e temporários, dentre outros, e seus respectivos veículos, que desenvolvam suas atividades no Box ou no espaço do Produtor Rural;

XXI) A elaboração por todo Permissionário instalado em área de BOX de Plano Individual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, atendendo a legislação

pertinente;

XXII) Manter os espaços de Box e das áreas do Mercado do Produtor Rural, limpos e higienizados, livres de resíduos da comercialização diária (resíduos orgânicos, papelão, plásticos, palha, sacaria, madeira, outros) que deverão ser recolhidos e depositados nos recipientes próprios e ambientes indicados;

XXIII) Manter nas operações de movimentação de mercadorias, exposição e armazenagem os espaços delimitados pela Permissão de Uso e Autorização de Uso; **XXIV)** Manter desimpedida as áreas de circulação comum da UNIDADE, plataformas, rampas ou corredores e vias de acesso;

XXIV) Seguir as orientações da ADMINISTRAÇÃO para o ordenamento do sistema viário interno, áreas de carga e descarga, estacionamento, permanência e fluxo interno de veículos e caminhões;

XXV) O Produtor Rural poderá, a seu critério, inscrever no máximo 02 (dois) auxiliares exclusivos, atendendo aos critérios estabelecidos em Resolução de Diretoria;

XXVI) Utilizar nas atividades de carga, descarga e movimentação de mercadoria no interior da UNIDADE exclusivamente, o trabalhador avulso ou contratado pelo regime CLT, o qual deverá portar o documento de identificação com fotografia, fornecido pela CEASA/PR;

XXVII) Cabe aos Trabalhadores, no exercício de todas as etapas de movimentação de mercadoria, preservar a identidade, qualidade, integridade e quantidade dos volumes dos produtos sob sua responsabilidade no momento da prestação do serviço.

XXVIII) O transporte de mercadoria deverá respeitar a legislação específica definida pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

XXIX) Incumbe aos PERMISSIONÁRIOS de boxes existentes em todos os mercados administrados pela CEASA/PR no Estado do Paraná, observar à regularidade das relações de trabalho com seus colaboradores, no tocante à sua formalização, ao pagamento de salários e demais consectários nas épocas próprias, à concessão de férias, à limitação da duração do trabalho, e à fruição dos dias de repouso, bem como o atendimento das Normas Regulamentadoras de Saúde e

Segurança do Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (NR's).

§2º É vedado:

- I)** O acesso ao interior das UNIDADES da CEASA/PR sem as respectivas Notas Fiscais com a destinação dos produtos ou Nota do Produtor Rural;
- II)** Comercializar produtos com prazo de validade vencido, deteriorados, avariados, nocivos à vida e à saúde, ou ainda, em desacordo com as normas regulamentares;
- III)** Transportar, armazenar ou comercializar produtos utilizando embalagens em desacordo com as normas técnicas e legislação vigente para produtos hortifrutigranjeiros;
- IV)** Vender ou estocar substâncias nocivas à saúde pública, à segurança e ao meio ambiente;
- V)** Adulterar, violar ou modificar a identidade, a embalagem do produto interiorizado na UNIDADE, ou qualquer outra prática que venha interromper sua rastreabilidade;
- VI)** Selecionar, repassar, classificar, padronizar, rotular, embalar ou processar produtos hortifrutigranjeiros na área comum da UNIDADE;
- VII)** Utilizar caixas plásticas sem a devida identificação e comprovação de posse;
- VIII)** Utilizar as caixas plásticas sem a devida higienização;
- IX)** Acender e ou queimar resíduos sólidos, palha, madeira, plásticos, papel, papelão, sob qualquer pretexto dentro da UNIDADE;
- X)** Fazer instalações de equipamento, aparelhos ou quaisquer alterações no sistema elétrico e hidráulico ou, ainda, reformas na UNIDADE, sem a prévia e expressa autorização da ADMINISTRAÇÃO;
- XI)** Jogar resíduos sólidos ou líquidos nas áreas comuns ou nas imediações do BOX ou Mercado do Produtor Rural ("Pedra");
- XII)** Executar serviços de manutenção ou obras de qualquer tipo, no Box ou no Mercado Produtor Rural sem autorização prévia da ADMINISTRAÇÃO, bem como,

violar o medidor do consumo de energia elétrica, água ou hidrantes;

XIII) Utilizar veículos como depósito de produtos e embalagens, beneficiamento ou qualquer atividade de manipulação;

XIV) Utilizar-se de mais de um veículo para comercialização de mercadorias no Mercado do Produtor Rural;

XV) Manter veículos estacionados em áreas comuns, em locais não autorizados pela ADMINISTRAÇÃO, causando prejuízos ao funcionamento da UNIDADE;

XVI) O uso do Box e do Mercado do Produtor Rural como dormitório ou como depósito de materiais alheios à finalidade ou para depósito de mercadorias de terceiros;

XVII) Transitar nas Plataformas e Pavilhões da UNIDADE, utilizando patins, patinetes, bicicletas, motocicletas, "skates", entre outros congêneres;

XVIII) Comercializar e/ou consumir bebidas alcoólicas no interior da UNIDADE;

XIX) Transferir, emprestar ou falsificar a credencial de acesso e identificação do usuário da UNIDADE a Terceiro;

XX) Aos Permissionários dos BOXES: manter funcionário, veículo, ou utilizar-se da área do Mercado Produtor Rural para atividade de comercialização;

XXI) A Comercialização de mercadorias entre PERMISSONÁRIOS e PRODUTORES RURAIS, visando à revenda no Mercado do Produtor Rural;

XXII) Veicular propaganda no recinto da UNIDADE, salvo por autorização expressada ADMINISTRAÇÃO;

XXIII) Participar, realizar, contribuir com atos atentatórios à dignidade da pessoa, pedofilia, prostituição infantil, trabalho escravo, bem como fazer uso de materiais que incentivem estas práticas;

XXIV) Participar de aglomerações, turbas, algazarras, que venham a conturbar a ordem pública, a organização do trabalho ou depredação do patrimônio público.

XXV) É vedada a cessão a terceiros, sob qualquer título, do espaço objeto da permissão.

CAPÍTULO V - DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES, PROCEDIMENTOS E RECURSOS

Artigo 10 Os Permissionários, Autorizatários e os Usuários responderão por atos praticados por si ou por seus Prepostos, Auxiliares, Empregados e Gerentes, quando estiverem em atividade nas UNIDADES DA CEASA/PR.

Artigo 11 A transgressão a quaisquer das disposições contidas no presente Regulamento de Mercado e nas Resoluções de Diretoria específicas da ADMINISTRAÇÃO sujeitará os Permissionários, Autorizatários e os Usuários às penalidades adiante nominadas, sem prejuízo de outras cominações porventura aplicáveis ao caso, e da obrigação de fazer cessar a irregularidade, inclusive, tomada das medidas legais cabíveis:

- I -advertência escrita;
- II -multa pecuniária;
- III -suspensão;
- IV -apreensão de mercadorias;
- V -cancelamento da permissão ou autorização de uso.

§1º Na aplicação da penalidade, a Autoridade competente deverá considerar a natureza, gravidade da infração, as consequências para a coletividade, assim como os antecedentes do Infrator.

§2º As penalidades previstas no “caput” deste Artigo poderão ser aplicadas, a critério da ADMINISTRAÇÃO, cumulativa e independentemente da ordem em que estão relacionadas.

§3º Será sempre assegurado o direito de ampla defesa e contraditório quando da aplicação de qualquer das penalidades acima descritas.

Artigo 12 Todas as penalidades, com exceção do cancelamento da permissão de uso ou da autorização de uso, poderão conter determinações e providências que devam ser adotadas para saneamento da irregularidade, sob pena da imposição de

outras sanções previstas no presente Regulamento de Mercado e na legislação atinente à matéria.

Artigo 13 A penalidade de multa pecuniária será aplicada conforme os valores estabelecidos em Resolução de Diretoria.

Artigo 14 A penalidade de suspensão será limitada a até 30 (trinta) dias corridos, podendo ser prorrogada enquanto não for sanada a irregularidade que a gerou, até o limite de 90 (noventa) dias corridos, iniciando-se após esse período o processo de cancelamento da permissão de uso ou autorização de uso.

Parágrafo Único A reincidência na mesma infração, dentro do período de 01 (um) ano, contado da data da infração anterior, quando for o caso de multa, sujeitará o Infrator ao pagamento em dobro do valor anteriormente atribuído, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, mesmo simultaneamente, inclusive cancelamento da permissão de uso ou autorização de uso.

Artigo 15 Estará sujeito ao imediato cancelamento da permissão de uso ou autorização de uso, independentemente do cometimento de penalidade anterior, assegurando-se sempre o direito ao contraditório e à ampla defesa, o Permissionário ou Autorizatário que incidirem nas seguintes situações:

- I - reincidência de infração;
- II - por desacato aos Usuários, às ordens da fiscalização ou da ADMINISTRAÇÃO emanadas com base na legislação aplicável;
- III - agressão física aos Usuários;
- IV - cessão, locação, transferência ou sublocação do objeto da permissão de uso ou autorização de uso;
- V - falta de pagamento de multas no prazo legal;
- VI - não pagamento da tarifa e rateio durante 03 (três) meses, consecutivos ou alternados;
- VII - quando o Permissionário tiver decretada a sua falência ou estiver em processo de dissolução legal;
- VIII - se houver paralisação da atividade comercial por 30 (trinta) dias

consecutivos ou 60 (sessenta) dias alternados, durante o ano, sem justificativa prévia junto à ADMINISTRAÇÃO;

IX - se for constatado qualquer tipo de corrupção, consumada ou tentada, para com os Membros da ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis à espécie.

§1º O Processo Administrativo deve iniciar na própria UNIDADE, mediante Notificação Extrajudicial, emitida pelo Gerente da UNIDADE, sendo instruído e disponibilizado à ampla defesa e o contraditório.

§2º A permissão de uso ou autorização de uso poderá ser canceladaa critério da ADMINISTRAÇÃO, nos casos de interesse devidamente motivado e, deverá ser formalizada por meio de procedimento administrativo.

Artigo 16 Não será outorgada nova permissão de uso ou autorização de uso, em qualquer das UNIDADES da CEASA/PR, ao Permissionário ou Autorizatório penalizado com o cancelamento, sem que tenha regularizado a situação que deu origem ao ato que originou o cancelamento.

Artigo 17 Sem prejuízo de qualquer das penalidades antes referidas, poderá a ADMINISTRAÇÃO promover a apreensão de mercadorias dos Permissionários, Produtores Rurais ou Outros, quando não apresentarem as notas fiscais ou notas de Produtor Rural ou, ainda, nas situações em que não estiverem atendendo às especificações contidas no presente Regulamento de Mercado quando, por recomendação de Autoridade competente, devam ser retiradas de circulação ou simplesmente do Mercado do Produtor ou do Box.

§1º A apreensão de mercadoria será efetuada na presença de 02 (duas) Testemunhas, mediante lavratura do respectivo Auto de Apreensão, o qual conterà a relação e quantidade das mercadorias apreendidas e o motivo daapreensão.

§2º As mercadorias apreendidas, quando sua natureza permitir e recomendar, serão retidas e encaminhadas ao Projeto BANCO DE ALIMENTOS paraa doação a Entidades Sociais cadastradas, caso contrário, serão destinadas conformePlano de

18

Gerenciamento de Resíduos Orgânicos da UNIDADE da CEASA/PR, sem que caiba ao Permissionário ou Autorizatário qualquer direito à reclamação ou indenização.

§ 3º - Para o bom cumprimento das disposições contidas no presente Artigo, a ADMINISTRAÇÃO poderá requisitar Agentes Fiscais da vigilância sanitária ou de defesa sanitária e força policial para a ação necessária.

Artigo 18 Verificada qualquer irregularidade pela fiscalização, deverá ser lavrada uma Notificação, que conterà, sempre que possível:

- a) identificação e qualificação do Infrator;
- b) local, data e hora de infração;
- c) nome e matrícula do Agente Notificante;
- d) descrição sumária da infração cometida;
- e) dispositivo legal ou regulamentar que foi violado;
- f) assinatura do Notificante e do Notificado, ou de seu Representante Legal.

Parágrafo Único A primeira via da Notificação deverá ser entregue ao Notificado, a segunda via ficará com a Fiscalização e a terceira via será encaminhada para a Gerência da UNIDADE da CEASA/PR.

Artigo 19 A Notificação originará um procedimento interno da ADMINISTRAÇÃO, o qual conterà todas as providências adotadas, informações e diligências efetuadas para apreciação do caso, bem como a penalidade cominada ao Infrator, quando for o caso.

Artigo 20 A penalidade será aplicada por meio de Auto de Infração, expedido pela ADMINISTRAÇÃO.

§1º Competirá à ADMINISTRAÇÃO, analisada a Notificação, indicar a penalidade administrativa e aplicá-la.



§2º A penalidade de cancelamento da permissão de uso ou cessão de uso será aplicada exclusivamente pelo Diretor Presidente da CEASA/PR, após procedimento administrativo regular.

§3º Aplicada a penalidade, o Autuado será imediatamente notificado para, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, cumprir a pena cominada ou, querendo, interpor recurso.

§4º Os recursos serão processados e julgados pela ADMINISTRAÇÃO no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que forem protocolados, devendo a decisão ser proferida pela ADMINISTRAÇÃO, facultado ao Recorrente permanecer exercendo suas atividades comerciais na UNIDADE até o julgamento.

§5º No caso de improcedência de recurso relativo à aplicação da penalidade de multa, o Autuado deverá efetuar o recolhimento do seu valor em **05 (cinco) dias corridos**, contados da ciência do indeferimento, sob pena de cancelamento da permissão de uso ou autorização de uso.

Artigo 21 As Notificações e Autuações previstas neste Regulamento de Mercado serão, preferencialmente, pessoais, com a assinatura do Infrator ou de seu Representante Legal.

§1º A recusa em assinar a Notificação ou o Auto de Infração, será certificada pelo Fiscal, na presença de 02 (duas) Testemunhas, devidamente identificadas, cuja certidão servirá como prova de que o Notificado ou Autuado foi cientificado.

§2º Caso haja impossibilidade de autuação pessoal, poderá ser a mesma promovida por meio de afixação em Edital na respectiva UNIDADE pelo prazo de **10 (dez) dias corridos**, ou por publicação em jornal, ou ainda através de carta enviada pelo correio com aviso de recebimento (AR).

Artigo 22 O não recolhimento da multa aplicada nos prazos estabelecidos no

presente Regulamento de Mercado implicará no impedimento do exercício das atividades comerciais do Infrator na UNIDADE, até seu efetivo recolhimento, sem prejuízo de outras cominações aplicáveis ao caso.

Artigo 23 O atraso na aplicação de penalidade, ou mesmo a omissão da ADMINISTRAÇÃO, não implicará em renúncia a esse direito ou perdão tácito.

CAPÍTULO VI - DAS TARIFAS E RATEIOS DE DESPESAS

Artigo 24 Os Permissionários/Empresas Permissionárias deverão pagar, na data estabelecida, as tarifas de uso e despesas de rateio com manutenção, conservação e funcionamento da UNIDADE, decorrentes da permissão de uso concedida

§1º As Tarifas de Uso e Despesas de Rateio serão estabelecidas em conformidade com a metragem da área ocupada, tipo de comércio ou outras formas que a ADMINISTRAÇÃO indicar através de Resolução de Diretoria.

§2º Poderá a ADMINISTRAÇÃO estabelecer em Resolução de Diretoria, tratamento diferenciado para o estabelecimento de rateio a atividades de desdobramento, depósito de caixarias e para áreas destinadas à formação de estoques dos Clientes Compradores, desde que os mesmos sejam possuidores de áreas com Termos de Permissão de Uso.

Artigo 25 Caberá ao Permissionário o pagamento, à ADMINISTRAÇÃO, de todas as despesas operacionais necessárias ao funcionamento, conservação e manutenção da UNIDADE, na forma de Rateio de Despesas Comum – RDC da seguinte forma:

§1º Proporcionalmente à metragem da área concedida a título de restituição/ressarcimento.

§2º Despesas com condenações e acordos judiciais ou extrajudiciais, decorrentes de serviços terceirizados, relativos as atividades operacionais do mercado e outras despesas e tributos que incidirem sobre o imóvel.

Artigo 26 Após o vencimento, sobre o valor do débito incidirá a correção monetária, acrescida de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da dívida, mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único Com autorização prévia da ADMINISTRAÇÃO, o Permissionário poderá solicitar parcelamento de débitos vencidos até 03 (três) meses, atendendo a Resolução de Diretoria específica para parcelamento de dívidas.

Artigo 27 A qualquer tempo a ADMINISTRAÇÃO poderá instituir tarifas mediante serviços prestados aos Usuários ou outras atividades desenvolvidas na UNIDADE, de modo a ressarcir os custos.

Artigo 28 O Produtor Rural e suas organizações que se utilizam de espaços do Mercado do Produtor Rural, deverão pagar antecipadamente a tarifa de ocupação.

§1º Fica vedado o pagamento para utilização superior a 90 (noventa) dias.

§2º Na ausência do pagamento antecipado da tarifa de ocupação, não se confirma o direito da comercialização do Produtor Rural e suas organizações

CAPÍTULO VII - DA ORDEM INTERNA: OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS AOS MOVIMENTADORES DE MERCADORIA

Artigo 29 A movimentação de mercadoria poderá ser realizada através de trabalho manual ou mecanizado, compreendendo de forma conjunta ou isolada as operações constantes da Lei nº 12.023/2009 e somente poderá ser realizada da seguinte forma:

§1º Por meio de Trabalhador Avulso mediante intermediação obrigatória por Sindicato da categoria que possua carta ou registro sindical, por meio de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho para execução das atividades, nos termos da lei acima citada.

§2º Por meio de Trabalhador com vínculo empregatício regido pela CLT.

§3º Quando da contratação de Trabalhador Avulso, tanto permissionários quanto Produtores Rurais, obrigatoriamente, deverão contratar Trabalhadores devidamente cadastrados, junto ao Sindicato da categoria, e na ausência desse pela ADMINISTRAÇÃO da CEASA/PR, sob pena de ter suas credenciais de cadastramento canceladas.

§4º A contratação irregular de trabalhadores para movimentação de carga, sem observância das formas taxativas estipuladas nos parágrafos 1º e 2º desta cláusula, está sujeita às penalidades e procedimentos previstos nos arts. 11 a 23 deste Regulamento de Mercado, sem prejuízo da imediata regularização.

Artigo 30 Quando da utilização de força manual com o emprego de “carrinhos”, esses deverão obedecer às seguintes recomendações:

§1º Padrão de cores dos “carrinhos” de locação que serão utilizados nas dependências da UNIDADE, da seguinte forma:

a) Amarela Gema: de propriedade do Produtor Rural, Associação ou Cooperativa, devidamente emplacado com o número de cadastro de Produtor Rural fornecido pela ADMINISTRAÇÃO.

b) Cinza: de propriedade da Associação Representativa dos Produtores Rurais, devidamente emplacados com número de sua credencial fornecido pela ADMINISTRAÇÃO.

c) Vermelho: de propriedade do Permissionário devidamente emplacado com número de sua credencial fornecido pela ADMINISTRAÇÃO.

§2º É proibida a vinculação de propaganda nos “carrinhos” de locação ou outro tipo de inscrição que não seja o número de sua credencial fornecido pela ADMINISTRAÇÃO.

§3º Não poderão ser disponibilizados “carrinhos” para Trabalhadores não cadastrados pela ADMINISTRAÇÃO da CEASA/PR, sob pena de cancelamento da prerrogativa concedida de acordo com o parágrafo anterior.

Artigo 31 Poderá ser empregada a movimentação de mercadorias através de mecanização, pelos Permissionários, desde que autorizados pela ADMINISTRAÇÃO e dentro das normas de segurança de emprego destes equipamentos ou através de empresa contratada pela ADMINISTRAÇÃO para prestação de serviços logísticos no interior da UNIDADE.

CAPÍTULO VIII - DAS OBRAS, MELHORIAS E ADAPTAÇÕES NAS ÁREAS DE PERMISSÃO

Artigo 32 Toda e qualquer adequação envolvendo obras, reformas e melhorias na infraestrutura da área objeto da permissão de uso serão de responsabilidade do Permissionário, desde que atendida a legislação pertinente, mediante prévia autorização dos órgãos competentes e da ADMINISTRAÇÃO.

§1º A solicitação de construção ou alteração deverá ser encaminhada à ADMINISTRAÇÃO e acompanhada dos Projetos Técnicos completos, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Projetos e de Execução e Memorial Descritivo e deverão obrigatoriamente ser submetido à prévia avaliação e aprovação da ADMINISTRAÇÃO.

§2º As benfeitorias realizadas pelos Permissionários/Empresas Permissionárias serão incorporadas ao patrimônio da CEASA/PR, sem nenhum ônus para a ADMINISTRAÇÃO em caso de rescisão, cancelamento ou ao final do Contrato.

§3º Enquanto perdurar a permissão de uso a ADMINISTRAÇÃO se reserva ao direito de efetuar inspeções técnicas de rotina, com a finalidade de avaliar a manutenção e conservação das edificações e instalações.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 33 A ADMINISTRAÇÃO regulará por meio de Resoluções de Diretoria os casos omissos ou não contemplados no presente Regulamento de Mercado.

Artigo 34 Caso a CEASA/PR tenha ciência de que houve violação da legislação trabalhista ou das disposições do capítulo VIII deste Regulamento de Mercado, comunicará imediatamente os órgãos competentes, a fim de que sejam tomadas as providências legais cabíveis.

Artigo 35 O presente Regulamento de Mercado terá efeito imediato e geral, respeitado o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo as normas vigentes ao tempo em que se efetuou.

§2º Reputa-se coisa julgada o direito constituído por sentença judicial transitada em julgado.

Artigo 36 Este Regulamento entra em vigor a partir de 30 de janeiro de 2023 devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da CEASA/PR, constante da Ata da 166ª Reunião, revogadas as disposições em contrário.

Artigo 37 O presente Regulamento de Mercado encontra-se disponível na página www.ceasa.pr.gov.br.